



PROCESSO SELETIVO À MOBILIDADE ACADÊMICA EXTERNA – MOBEX 2018
FILOSOFIA – Área IV

Questão 25

O candidato é pouco explícito com relação a seu recurso, pois não deixa claro o que está questionando e aponta como alternativa correta a indicada no gabarito, a alternativa “E”. Diz, primeiramente, que “o conceito de “Ciência normal” feito por Kuhn deixa de forma abrangente a quantidade de paradigmas necessários para seus fundamentos”. Ao que parece, o candidato conhece pouco o filósofo e se baseou apenas no trecho citado da questão para respondê-la e não o interpretou corretamente. Kuhn, em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, ao tratar da ciência normal nos capítulos I, II e III, deixa claro que esta pesquisa só se estabelece quando um campo de estudo superou seu estágio pré-paradigmático, no qual predomina um intenso debate acerca dos fundamentos da pesquisa. As divergências desaparecem, quando se chega a um consenso acerca do paradigma que deverá norteá-la. Instaure-se, assim, a prática da ciência normal, na qual a pesquisa é desenvolvida à luz de um único paradigma, consensualmente aceito pelo grupo. Kuhn expressa essa natureza da ciência normal quando questiona: “Qual é então a natureza dessa pesquisa mais especializada e esotérica **permitida pela aceitação de um paradigma único por parte de um grupo científico?**” (KUHN, 1975, p. 43, grifos nossos). O período em que Kuhn admite em que há uma multiplicidade de paradigmas, é o pre-paradigmático. Neste período não há a prática da ciência normal.

O candidato diz também, que Kuhn “deixa também em aberto a atualização da ciência para que pesquisas mais atuais e precisas venham acrescentar conteúdo dentro de um determinado estudo”. Novamente, o candidato interpreta equivocadamente o filósofo. A ciência normal, por ser uma prática norteada por um paradigma, sua tarefa é articular, aplicar e precisar o paradigma. Em resumo, todo o seu trabalho consiste em solucionar novos problemas à luz do paradigma, os ditos quebra-cabeças, cuja solução já está dada de certa forma pelo paradigma. É nisto que constitui o trabalho de atualização do paradigma feito pela ciência normal. **Deste modo, reafirmamos que a alternativa correta da questão 25 é a letra E.**

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 26

Ao que parece os candidatos não entenderam a questão e pouco conhecem sobre a concepção política de Locke. O filósofo reconhece que o homem, no estado de natureza, tem certos poderes que dizem respeito a lei da natureza. Esses poderes, conforme consta nas afirmativas II e III, são: “Punir o infrator da lei, de acordo com as regras da própria lei natural e fazer o que julgar conveniente para a própria preservação e dos demais homens dentro do que permite a lei da natureza”. A este respeito reproduzimos as palavras de Locke, em sua obra *Os dois tratados sobre o governo*, livro II:

“Para que se possa impedir todos os homens de violar os direitos dos outros e de se prejudicarem entre si, e para fazer respeitar o direito natural que ordena a paz e a “conservação da humanidade”, cabe a cada um, neste estado, assegurar a “execução” da lei da natureza, o que implica que cada um esteja habilitado a punir aqueles que a transgridem com penas suficientes para punir as violações. Pois de nada valeria a lei da natureza, assim como todas as outras leis que dizem respeito aos homens neste mundo, se não houvesse ninguém que, no estado de natureza, que tivesse poder para executar essa lei e assim preservar o inocente e refrear os transgressores. E se qualquer um no estado de natureza pode punir o outro por qualquer mal que ele tenha cometido, todos podem fazer o mesmo. Pois nesse estado de perfeita igualdade, onde naturalmente não há superioridade ou jurisdição de um sobre o outro, o que um pode fazer para garantir essa lei, todos devem ter o direito de fazê-lo.” (LOCKE, *Dois tratados sobre o governo*, Livro II, São Paulo, Martins Fontes, p. 385/386).

Em outra passagem de sua obra *Dois tratados sobre o governo*, livro II, Locke reafirma que o homem no estado de natureza possui esses poderes e deixa claro que ele precisa renunciar a eles quando ingressa na sociedade civil. A resposta, para os recursos dos candidatos, acerca da questão está bem clara, na explicação do próprio Locke, que reproduzimos abaixo:

“No estado de natureza, sem falar da liberdade que tem de desfrutar prazeres inocentes, **o homem detém dois poderes. O primeiro é fazer o que ele acha conveniente para sua própria preservação e para aquela dos outros dentro dos limites autorizados pela lei da natureza**; em virtude desta lei, comum a todos, cada homem forma, com o resto da humanidade, uma única comunidade, uma única sociedade distinta de todas as outras criaturas. E, não fosse a corrupção e os vícios de indivíduos degenerados, não haveria nenhuma necessidade dos homens se separarem desta grande comunidade natural, nem fazerem acordos particulares para se associarem em associações menores e divididas. **O outro poder que o homem tem no estado de natureza é o poder de punir os crimes cometidos contra aquela lei. A ambos ele renuncia** quando se associa a uma sociedade política privada, se posso chamá-la assim, ou particular, **para se incorporar a uma comunidade civil** separada do resto da humanidade.” (LOCKE, *Dois tratados sobre o governo*, Livro II, São Paulo, Martins Fontes, p. 497/498, grifos nossos).

Reafirmando esta mesma posição, em outra passagem, dessa mesma obra, Locke acrescenta:

“O homem nasceu, como já foi provado, com um direito à liberdade perfeita e em pleno gozo de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, assim como qualquer outro homem ou grupo de homens na terra; a natureza lhe proporciona, então, não somente **o poder de preservar aquilo que lhe pertence – ou seja, sua vida, sua liberdade, seus bens – contra as depredações e as tentativas de outros homens, mas de julgar e punir as infrações daquela lei em outros, quando ele está convencido que a ofensa merece, e até com a morte, em crimes em que ele considera que a atrocidade a justifica**. Mas como nenhuma sociedade política pode existir ou subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade, e, para isso, punir as ofensas de todos os membros daquela sociedade, **só existe uma sociedade política onde cada um dos membros renunciou** ao seu poder natural e o depositou nas mãos da comunidade em todos os casos que os excluem de apelar por proteção à lei por ela estabelecida; e assim, **excluído todo julgamento particular de cada membro particular, a comunidade se torna um árbitro; e, compreendendo regras imparciais e homens autorizados pela comunidade para fazê-las cumprir, ela decide todas as diferenças que podem ocorrer entre quaisquer membros daquela sociedade com respeito a qualquer questão de direito e pune aquelas ofensas que qualquer membro tenha cometido contra a sociedade com aquelas penalidades estabelecidas pela lei; deste modo, é fácil discernir aqueles que vivem daqueles que não vivem em uma sociedade política**. Aqueles que estão reunidos de modo a formar um único corpo, com um sistema jurídico e judiciário com autoridade para decidir controvérsias entre eles e punir os ofensores, estão em sociedade civil uns com os outros; mas aqueles que não têm em comum nenhum direito de recurso, ou seja, sobre a terra, estão ainda no estado de natureza, onde cada um serve a si mesmo de juiz e de executor, o que é, como mostrei antes, o perfeito estado de natureza.” (LOCKE, *Dois tratados sobre o governo*, Livro II, São Paulo, Martins Fontes, p. 458, grifos nossos).

Com relação ao candidato que considera que a afirmativa IV, que afirma “Tomar decisões, no que diz respeito a fazer a guerra e manter a paz, acordos e alianças e todas as transações que se fizerem necessárias para que a comunidade mantenha seu território, também está correta, esclarecemos que Locke considera que tais prerrogativas são de competência da sociedade civil, trata-se do poder federativo, conforme esclarece o filósofo, na seguinte passagem:

“Este poder tem então a **competência para fazer a guerra e a paz, ligas e alianças, e todas as transações com todas as pessoas e todas as comunidades que estão fora da comunidade civil**; se quisermos, podemos chama-lo de federativo. Uma vez que se compreenda do que se trata, pouco me importa o nome que receba” (LOCKE, *Dois tratados sobre o governo*, Livro II, São Paulo, Martins Fontes, p. 516, grifos nossos).

Pelo exposto, consideramos que não procedem as objeções dos candidatos e reafirmamos que a afirmativa correta da questão 26 é a alternativa B.

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 27

O candidato não é muito claro com relação ao seu recurso a questão, pois parece não compreender o pensamento de Hume e a questão da causalção. A única afirmativa incorreta é a IV que afirma “Trata-se de uma relação necessária que tem sua origem na experiência, mas que só se torna inteligível pelo entendimento”, pois Hume é um filósofo empirista, que acredita a origem de nosso conhecimento está na experiência e não no entendimento. O filósofo levanta várias dúvidas céticas sobre as operações do entendimento e não considera que este desempenhe um papel nessa relação causal. Acerca da relação de causa e efeito, em sua obra *Investigação acerca do entendimento humano*, deixa claro que a mesma se dá por meio da experiência, quando afirma:

“Assim, se quisermos nos convencer quanto a natureza dessa evidência que nos assegura quanto a questões de fato, devemos investigar como chegamos ao conhecimento de causas e efeito. Arrisco-me a afirmar, a título de uma proposta geral, que não admite exceções, que o conhecimento dessa relação **não é, em nenhum caso, por meio de raciocínios a priori, mas provem inteiramente da experiência**, ao descobrirmos que certos objetos particulares acham-se constantemente conjugados uns aos outros.” HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 55).

Para Hume não há um conhecimento *a priori* da relação de causa e efeito, ela é dada inteiramente pela experiência. Deste modo o entendimento não tem nenhum papel nessa relação. Assim, as afirmativas corretas da questão são as que afirmam: I. Nasce inteiramente da experiência, quando descobrimos que os objetos particulares estão em conjunção uns com os outros; II Tudo o que a experiência nos revela acerca desta relação é uma conjunção constante entre fenômenos, e não uma conexão necessária que chamamos de causalidade; III Não se obtém, em nenhum caso, por meio de raciocínio *a priori*.

Pelo exposto reafirmamos que a alternativa correta da questão 27 é a letra D.

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 29

O candidato não apresenta uma justificativa plausível para objeção ao gabarito da questão e denota conhecer pouco acerca do pensamento de Descartes. Em suas *Meditações metafísica* (primeira meditação) o filósofo desenvolve um argumento referente ao erro dos sentidos para demonstrar que estes nos enganam e que não podemos confiar neles, logo, a aparência exterior de um objeto que é perceptível pelos sentidos não pode ser conhecida com clareza e distinção porque está sujeita a erros. Veja o que diz Descartes a este respeito: “Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, apreendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez” (DESCARTES, *Meditações Metafísicas*, São Paulo Abril Cultural, Coleção Os pensadores, 1975, p. 94). Nesta primeira meditação a dúvida visa libertar o espírito dos pré-julgamentos do senso comum e dos sentidos, impedindo que haja qualquer dúvida após o estabelecimento da verdade. Na segunda meditação, o espírito descobre que não pode duvidar de si mesmo, por mais radical que seja a dúvida. Chega a algumas conclusões acerca da natureza corpórea, ao constatar que o espírito é diferente do corpo. Deste modo, Descartes admite uma substância pensante (a *res cogitans*) e a substância extensa (*res extensa*), cujo atributo essencial é a extensão. O exemplo da cera, deixa claro esse caráter essencial do corpo, a extensão, que só pode ser apreendido pelo entendimento. Explica Descartes:

“E, agora, que é essa extensão? Não será ela igualmente desconhecida, já que na cera que se funde ela aumenta e fica ainda maior quando está inteiramente fundida e muito mais ainda quando o calor aumenta? E eu não conceberia claramente e segundo a verdade o que é a cera, se não pensasse que é capaz de receber mais variedades segundo a extensão do que jamais imaginei. É preciso, pois, que eu concorde que não poderia mesmo conceber pela imaginação o que é essa cera e que **somente meu entendimento é quem o concebe; digo este pedaço de cera em particular, pois para a cera em geral é ainda**

mais evidente. Ora, qual é esta cera que não pode ser concebida senão pelo entendimento ou pelo espírito? Certamente é a mesma que vejo, que toco, que imagino e a mesma que conhecia desde o começo. Mas o que é de notar é que sua percepção, ou a ação pela qual é percebida, não é uma visão, nem um tatear, nem uma imaginação, e jamais o foi, embora assim o parecesse anteriormente, **mas somente uma inspeção do espírito**, que pode ser imperfeita e confusa, como era antes, ou **clara e distinta, como é, presentemente, conforme minha atenção se dirija mais ou menos às coisas que existem nela e das quais é composta.**” (DESCARTES, *Meditações Metafísicas*, São Paulo Abril Cultural, Coleção Os pensadores, 1975 p.104/105, grifos nossos).

Pelo exposto reafirmamos que a alternativa correta da questão 29 é a letra A.

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 32

O candidato contesta a questão alegando que o enunciado da mesma diz “de acordo com o texto” e “no texto não fica claro o conceito de simetria”. Se no texto estivesse dito de forma explícita o que é simetria o candidato não precisaria interpretar e a questão não teria sentido porque a resposta já estaria dada no próprio enunciado da mesma. Mas, ao que parece todo o problema do candidato com a questão é que ele não sabe o que é simetria. Mas, no texto está expressa essa noção com outras palavras. Quando Aristóteles diz: “beleza reside na dimensão e na ordem e, por isso, um animal belo não poderá ser nem demasiado pequeno (...), nem demasiado grande (...)” expressa justamente este conceito. A simetria é justamente “proporções equilibradas e harmoniosas”. **Deste modo reafirmamos que a alternativa correta da questão 32 é a letra E.**

- RECURSO IMPROCEDENTE